As dobras possíveis da Escola Possível e os encontros com a Formação Técnica em Saúde[1]

Simone Chaves Machado da Silva[2]

***Resumo**: O artigo busca apresentar os processos educacionais a partir das relações com a "Escola Possível" e suas conexões com o campo da saúde, com destaque especial à Educação Profissional em Saúde. Procura enfatizar as concepções que os trabalhadores da saúde e da educação têm no desenvolvimento de suas práticas cotidianas no trabalho e as dificuldades para romper com as amarras que modelam e reproduzem estas práticas. O texto aborda com especial destaque a formação técnica em saúde e os processos de agenciamento capitalístico que pertencem a esta área de formação, onde a autonomia para a transformação é velada, restrita e serializada.*

***Palavras-Chave**: Educação em saúde; Recursos humanos em saúde; Educação profissional.*

A cartográfica é uma forma de fazer pesquisa, que pode iniciar a qualquer momento, basta que estejamos preparados para viajar em mundos desconhecidos e diferentes. Este tipo de viagem nos possibilita percorrer muitos caminhos onde os desenhos que vão se formando resultam em contornos especiais, são mapas únicos, constituídos a partir dos desejos e vontades que cada um de nós tem na busca do novo. Quando falamos de educação e de saúde é impossível não imaginar que, cotidianamente, estamos percorrendo novos territórios, o que nos faz pensar que o campo da educação e o campo da saúde são movimentos cartográficos constantes. Estes territórios são cheios de dobras singulares que se refazem a todo instante, dependendo dos encontros que vamos constituindo nos caminhos das leituras e das escritas, isto é, a cada novo encontro com o desconhecido nossa forma de perceber o mundo muda, se transforma, e isto é o que dá potência aos processos educativos, principalmente quando falamos da educação em saúde.

Esta trajetória cartográfica pelo caminho das letras provoca imensa ansiedade, quando nos defrontamos com a realidade da escola, seja ela formal ou informal, de ensino básico ou profissional, e a questão que fica é: como é possível tornar a Escola Possível? Como podemos perceber o sinal ou as dobras que nos permitem sentir o oculto, o singular, o indizível, o imaginário ou aquilo que é capaz de produzir a mudança na escola?

A instância da produção, ou seja, a possibilidade de transformar a Escola Possível está em nós, são as nossas subjetividades que atuam neste processo de invenção do novo potencializando a ação para a transformação. Mas como se dar conta disto no cruel cotidiano do processo educativo?

O desassossego de pensar na Escola Possível provoca este conjunto de questionamento que vai impondo movimentos instigantes no nosso cotidiano de vida e de trabalho, tornando-se necessário e fundamental perceber o interno, o que é pouco sentido e que anda esquecido, escondido e adormecido nos processos de formação.

---

[1] Este artigo é parte da Monografia do Seminário Avançado: A Escola Possível e Classes Populares do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, outubro 2002.

[2] Enfermeira, especialização em educação na PUC/RS, mestranda do PPGEDU/UFRGS, coordena a área de Educação Profissional na Escola de Saúde Pública, e-mail: simonems@terra.com.br

Para que possamos ativar este universo de possibilidades, que anda adormecido, é preciso, antes de qualquer coisa, se dar conta de que é no corpo, no espaço do sensível, que as rupturas e as transformações acontecem. Somos os agentes desta transformação e precisamos reconhecer nossa responsabilidade e ir trilhando caminhos que nos possibilite conhecer o novo e o desconhecido. Precisamos ter vontade para acolher este desafio e perceber que é na invenção de novos mundos que a Escola Possível estará.

Contudo, esta trajetória de redescobertas, riscos, medos, desafios, não é tão simples assim. Durante este percurso cartográfico, encontraremos a "ninhada dos germes desviantes". Estes germes são criaturas ocultas que contaminam/capturam a subjetividade tornando-a serializada. Serializada no sentido do disciplinamento e enquadramento dos modos e jeitos de se fazer educação em saúde. Tais criaturas ocultas se apropriam das nossas vontades singulares, robotizando-as e modelando-as até o ponto de conseguirem transformar a nossa prática, seja ela qual for, em uma prática domesticada, muito bem organizada e definida sem criatividade e desejo. Portanto, para que tenhamos a possibilidade de uma escola muita além de possível, isto é, num território de produção da vida, é fundamental rompermos com a ninhada dos desviantes e permitirmos o "outro-em-nós", ou seja, aquilo que permite a diferença.

A serialização do indivíduo constitui-se num processo de aniquilamento do possível e das possibilidades de rompimento das mazelas tradicionais que compõem as estruturas do processo educativo. A serialização é a imobilidade, a falta de movimento que produz a não afetação, nada é capaz de ser afetado, não há sentimento, toque, desejo, não há invenção de vida. Não existe produção, nem autorização para a invenção de novas práticas. É a imposição de movimentos de repetição dos modos de estar no mundo e de produzir potências de vida. O indivíduo serializado apenas reproduz modos e formas já constituídas, sem questionamentos. A serialização é a submissão, é o aprisionamento de todas as marcas adquiridas da trajetória individual, que são processos de aprendizado/subjetivação singulares.

Na educação, como na vida, o processo é o mesmo: apesar dos discursos remeterem a uma possibilidade de transformação, ainda é possível sentir a pedagogia da série (mecanismos de repetição/serialização) ser reproduzida, "com muito orgulho", por muitos mestres. Este processo é um tanto complicado, uma vez que os mais disciplinados e domesticados são os próprios educadores que mutilam o seu criativo na busca do igual ordenado. Enquanto isso, os alunos tentam desesperadamente não sucumbir ao aprendizado ensimesmado. Há uma luta sangrenta entre a criação/potência/vida com a modelação/serialização/morte.

A escola tem vencido a luta. Ela domestica a força, para que o aprendizado aconteça. A escola tem a intenção de produzir corpos dóceis, receptivos e permissivos, é o corpo dócil/domesticado, pronto para ser ensinado. Esta provocação nos remete a Foucault (1999, p. 119), "A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A Disciplina aumente as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediências)".

Na tentativa de reconhecimento e entendimento desta escola pra lá de esquisita e na busca de modos inventivos que garantam um lugar que acolha o diverso, será preciso, antes de tudo, de muito combustível. Necessitaremos de muitos sabores, cheiros

e petiscos, para nos aventurarmos nesta trama de conceitos que trata da escola e suas potencialidades. Será necessário aumentar o tecido da permissividade, será preciso esticá-lo (ganhar uns quilos), dobrá-lo e redobrá-lo, dando espaço e lugar para o acolhimento da diferença. O consumo deste alimento, que são as letras, autores, escritos, mestres, alunos, será antropofágico ou vampiresco. Será assim, porque a apropriação do outro em nós é uma ação um tanto quanto sangrenta, violenta, recheada de desejos e vontades, o que provoca sistemáticos delírios nos corpos que forem capazes de submeter-se a esta experiência.

Esta mistura de temas e conceito com vontades e desejos faz a escola e o seu entorno vibrarem, como se fossem os alimentos, que depois de ingeridos, e aqui no caso da escola, depois de reconhecidos, permitem fazê-la um lugar de alegria e de re-criação.

Isto significa dizer que esta incorporação do outro, ou do novo, é uma mestiçagem de aprendizados muito prazerosa que enriquece os caminhos da Escola Possível. E com este alimento/ferramenta estaremos mais aptos a um olhar e uma escuta sensível ao que os processos educativos de fato necessitam.

A partir destas considerações que fazem uma reflexão entre a instituição escolar e quem, de fato, faz a escola, podemos destacar, entre tantos, um trecho bastante perturbador de Arroyo, que nos remete a uma profunda reflexão: “Como ignorar a própria trajetória humana agora como docentes?” (2002, p. 59).

Este questionamento provoca na medida em que é preciso refletir sobre as interferências que os indivíduos fazem no sistema educativo e, também, como não é mais possível desconsiderar nossa subjetividade/auto-imagem e a história de cada um quando se fala na educação e como ela pode transformar o mundo. São tantas inquietações sem resposta, ou pelo menos sem respostas definidas. Podemos imaginar que as respostas a estes questionamentos são constantes, que se dobram, se recompõem e se transformam a todo o momento e assim deve ser para que não exista a morte da potência ou o rompimento no processo de mudança.

Para que tudo isto seja possível, é fundamental pensarmos que o que permite ou garante a novidade na escola ou nos processos de formação está no micro de cada um de nós, aquilo que é o desejo, o sensível que modela e remodela nossa subjetividade e impulsiona a ação de qualquer ofício, garantindo a transversalidade dos movimentos e a possibilidade de que este ofício seja carregado de muita sensibilidade.

A micropolítica, segundo Guattari (1999), serve para dar sentido às estruturas mais escondidas do desejo do ser humano, ou seja, aquilo que está no afeto de cada um de nós é o micropolítico, que não pode ser desconsiderado na ação do ofício de mestre, pois se assim for, por certo que teremos um ofício frágil e sem mobilidade emperrando nossas ambições de autonomia e transformação nos processos educativos.

É difícil romper com as amarras, que modelam as ações, que nos fazem perceber que é na diversidade e na diferença que estão as potencialidades de transformação. É mais confortável sucumbir ao engendramento da subjetividade e reproduzir práticas culturalmente instituídas pelos processos de agenciamento capitalistico, onde a autonomia é velada, restrita e serializada.

Guattari diz que isto é a produção da subjetividade capitalística, tudo o que nos rodeia “[...] trata-se de sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produ-

tivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de ver o mundo". (GUATTARI, 1999, p. 27), ou seja, somos capazes de articular conceitos formidáveis que só são possíveis no campo dos impossíveis, pois não são passíveis de nós. Conceitos acadêmicos, científicos, que não consideram o outro e as possibilidades. São conceitos que não cabem no mundo do trabalho, pois não permitem desterritorializar, não permitem desorganizar, não permitem subverter a ordem. Não estou querendo dizer aqui que o produzido no campo acadêmico não é válido e deva ser desconsiderado, nem que seja supérfluo ou fútil, muito pelo contrário, mas a provocação que tento trazer é: até que ponto as discussões acadêmicas são capazes de contemplar o universo de devires[3] que de fato constituem a Escola Possível? Que constituem as possibilidades e os desejos da escola?

Até que ponto a nossa prática – ética, estética e política - é prescindida da diversidade de devires que pertencem a cada um de nós? Como isto é considerado se o reflexo que temos parte de um pressuposto organizado e definido? Como é possível considerar as possibilidades e os desejos no ofício de mestre?

Destas reflexões sentidas e percebidas ao longo deste tempo da Escola Possível é importante destacar as relações entre as falas de Miguel Arroyo e Gomercindo Ghiggi, onde se percebe claramente a intencionalidade de trazer para o campo do afetivo as convocações que permitam reconhecer a Escola como um lugar que faz parte de nós. A Escola não é o lugar da reprodução, mas o lugar do desassossego, da revelação, das idéias, das ideologias, das vontades, do desejo, das sensações coletivas, ou seja, de tudo que possibilita abrir o mundo em potências:

> [...] Um sentimento impressiona quando se transgride política ou pedagogicamente: a alegria. A greve é uma festa, as conferências e encontros para construir as propostas inovadoras são festivos. Quando me deixo envolver nesse clima me pergunto que têm essas invenções e essas mobilizações que são tão festivas. Inventam-se músicas, teatro, recuperam-se símbolos, gestos, ritos, arte, dança, soltam-se até os corpos tão reprimidos nos espaços escolares, nos tempos gradeados. As normas escolares, os tempos e espaços, o trabalho e até o conhecimento disciplinado tornam restritas as possibilidades de prazer, não porque a ação educativa não possa ser cada mestre e educando. Afeta até o prazer de degustar, de saborear a sabedoria, o conhecimento, a cultura, como se degusta um bom vinho. Inovar é tentar driblar esses controles do próprio prazer de educar e educar-se. O prazer de ser pedagogos, sair de mãos dadas com as novas gerações e inventar a hora, ter o prazer de vivenciar experiências juntos. Quando tudo está pré-definido, que graça tem ser pedagogo? Como conduzir a infância por novos caminhos se as normas nos acorrentam? (ARROYO, 2002, p. 149)
> O processo formativo será qualificado e organizado na justa medida das possibilidades dos educadores, quando conseguem assumir tarefas políticas e pedagógicas de desenvolver, pelo diálogo, não apenas atitudes de troca, mas de disputa e formação, visando projetos que dêem organicidade aos humanos na busca por uma sociedade inteiramente viva, partindo de competentes problematizações éticas das relações históricas praticadas. O diálogo deve mediar discussões em torno de procedimentos pedagógicos e políticos capazes de colocar as pessoas envolvidas em situações de responsabilidade social suficiente para inserção em projetos de discussão e definição de estratégias de produção que potenciam a vida. (GHIGGI, 2002, p. 22).

[3] Guattari (1987, p. 170) juntamente com Gilles Deleuze, denomina "devir" aos processos inconscientes que nos permitem invadir o mundo em diferentes formas. O devir extingue as entidades polarizadas tipo: homem/mulher ou pai/filho.

O encontro da educação com a saúde

Nesta reflexão da Escola Possível, não posso deixar de relacionar os processos educacionais e suas conexões com o campo da saúde. O campo da saúde, tanto quanto o campo da educação, abarca, num cotidiano constante, processos de aprendizado e de construção do conhecimento que se estabelecem a partir da relação com o outro. É o coletivo potencializando aprendizados que determinam a prática em educação em saúde. A prática em saúde prescinde o cuidado e esse só é possível quando somos capazes de aprender com aquele que é cuidado. Na educação, a provocação é a mesma, tem o ofício aquele mestre capaz de reconhecer a potencialidade do outro, é o mundo aberto em potências na construção dos desafios. É o pedagógico aliado à terapêutica que promove a reabilitação da saúde em todos os âmbitos, é a terapêutica (cuidado) aliada ao pedagógico, permitindo a promoção da educação em todos os âmbitos.

Hoje percebemos, tanto no campo da saúde, como no campo da educação, sejam eles espaços formais ou espaços informais de educação, que o processo é inverso. Pouco se espera ou se possibilita àquele que chega para aprender. A escola é poderosa e soberana, encarrega-se de ser a centralizadora do poder e do saber, tornado aquele que chega um objeto a ser serializado/domesticado/curado. Na saúde, da mesma forma, o processo de reabilitação e cura concentra-se em perspectivas que desconsideram o saber e a cultura popular. É preciso submeter-se à domesticação da saúde para poder ser curado.

No campo da saúde, apesar dos discursos da escuta, da humanização, do acolhimento, ainda não percebemos transformação capaz de produzir importante significado no sistema de saúde. Trazendo a reflexão para o campo da educação em saúde, não há uma ruptura na prática pedagógica em saúde capaz de produzir efeitos de transformação. A prática pedagógica em saúde tem um discurso progressivo incorporado pelos trabalhadores do setor, mas, de fato, na prática reproduzem jeitos e modos de fazer saúde impregnados por uma cultura normativa e prescritiva. Para poder transcender estas questões, que remetem a uma prática pedagógica em saúde sob o eixo da medicalização das técnicas e dos procedimentos, incentivadas e reproduzidas pelos espaços de formação que não permitem uma reconfiguração da prática pedagógica em defesa da vida[4], é preciso interferir nos processos de formação dos trabalhadores em saúde, para que se supere a ênfase higienista ainda tão presente nos cursos da área da saúde.

A superação desta perspectiva conduz a imaginar uma prática pedagógica da criação. Criação no sentido de aceitar o estranhamento, de ser transversal, mutante e de afirmação da vida. Significaria desconstituir uma prática em saúde assistencialista e médico-centrada, que não considera o outro como uma ação inventiva da vida.

Neste estudo de Escola Possível, um dos *lincks* que podemos estabelecer com o campo da formação em saúde é com a área técnica em saúde. A Educação Profis-

[4] O termo “em defesa da vida” tem sido utilizado por Gastão Wagner de Souza Campos, no sentido de incorporar ao conceito de saúde o que de fato compõe a vida.

sional em Saúde destina-se à formação técnica e merece importante destaque pelo distanciamento que tem tido das discussões e proposições acadêmicas. Culturalmente, o ensino técnico tem sido considerado um segmento de formação destinado às categorias mais pobres da população, isto é, todo aquele que não teve a condição favorável de ingresso na universidade terá de contentar-se com a formação técnica. Na área da saúde, o ensino técnico não é considerado como uma possibilidade de escolha, mas como um prêmio de consolação àqueles que não têm condições de ingresso no ensino superior. Um paradoxo espetacular se estabelece nesta discussão, principalmente em relação ao quantitativo de trabalhadores necessários para que o sistema de saúde do país seja possível.

O Sistema Único de Saúde - SUS necessita de uma quantidade 60%[5] maior de trabalhadores de nível técnico em relação a outras categorias profissionais, isto significa dizer que a efetivação do SUS passa pelas mãos dos egressos do ensino técnico.

Desta forma, podemos avaliar o quanto é possível perceber a formidável relação de poder que se estabelece na constituição da concepção de saúde que vem sendo reproduzida no Brasil ao longo dos tempos, onde as ações de saúde estão centralizadas em algumas categorias profissionais, geralmente egressas do ensino superior. Nesta perspectiva de saúde, a concepção do trabalho a partir da equipe de saúde não é contemplada. Há um distanciamento das ações de saúde exercidas pelo conjunto de categorias profissionais que compõem o setor e, entre essas, podemos destacar os trabalhadores de nível médio. Portanto, a necessidade de se rever a concepção de saúde implica na ampliação de seus conceitos para, conseqüentemente, interferir na prática do trabalho em saúde. Assim, cada trabalhador, independente da sua categoria profissional, estaria contribuindo para a qualidade de vida do usuário e para o fortalecimento do serviço de saúde.

Pensar o modo da gestão no trabalho em saúde e na necessidade de inserção de diversas categorias profissionais na reformulação das práticas no setor saúde tem muita aproximação com as atividades educacionais desenvolvidas na Escola de Saúde Pública - ESP/RS[6], nos curso de Qualificação Básica e nos cursos de Habilitação Técnica. Nos últimos anos, o foco de trabalho da área de Educação Profissional em Saúde, ou seja, a formação dos trabalhadores de nível médio, inseridos ou não no Sistema Único de Saúde- SUS, tem sido no sentido de permitir um processo de formação inovador, onde desde o início dos cursos são trabalhados conteúdos que possibilitem o desenvolvimento da percepção do aluno para a importância do trabalho em equipe, investindo no conceito da integralidade da atenção em saúde.

Esta experiência de trabalho da ESP/RS, aliada à urgente necessidade de que novas alternativas para a formação técnica em saúde sejam criadas, tem provocado muitos questionamentos no corpo técnico-pedagógico responsável pelos cursos de formação técnica e uma questão que tem no incomodado é como a formação técnica na área da saúde não tem pertencido, ao longo dos tempos, das discussões

[5] Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Escola Nacional de Saúde Pública. Trabalhadores de Saúde em Números. Rio de Janeiro. 1998.

[6] A Escola de Saúde Pública/RS é órgão de educação e produção de conhecimento em Saúde Coletiva, pertencente à Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

do mundo acadêmico. Não faz parte das proposições acadêmicas o segmento do ensino técnico. Essa fatia de formação tem estado atrelada ao ensino médio, sem compromisso ou vinculação com setor envolvido. Era como se tivéssemos uma formação descolada das proposições políticas e das necessidades do mercado de trabalho. Neste sentido, a formação técnica tem uma marca histórica da sua ligação com o mercado de trabalho – formar técnicos no interesse do capital monopolista, ou seja, a formação técnica teria a responsabilidade de atender as "necessidades sociais". Alterar este perfil significa instituir novos modos de atuação na formação, que implica em adequar os projetos políticos pedagógicos às exigências do setor saúde e também investir na capacitação docente, onde a superação estaria no reconhecimento de que o nível médio também produz conhecimento.

Na área da saúde isso tem sido muito forte, visto que no estado gaúcho a formação técnica em saúde sempre esteve sob a responsabilidade da educação privada e centrada na área da enfermagem, sem a menor preocupação de estar em concomitância com os princípios e diretrizes do SUS. No Rio Grande do Sul, não há tradição no ensino técnico em saúde, pois esta formação sempre esteve remetida às escolas estaduais, que não têm atendido as exigências de mercado e encontram dificuldades em atender as demandas setoriais.

Na saúde, há um visível distanciamento entre os processos educacionais disseminados nas escolas técnicas, tanto as escolas estaduais como também as escolas privadas, das propostas políticas da gestão do SUS no Rio Grande do Sul, o que implica numa ação de saúde que contemple a Atenção Integral à Saúde com Controle Social forte. O resultado disso é a formação de futuros trabalhadores do SUS, sem a perspectiva da gestão do seu processo de trabalho, sem a perspectiva de serem partícipes da roda coletiva de decisão e completamente descolada das estratégias das ações de saúde do estado. Isso, de fato, impossibilitará a saúde em defesa da vida, apenas reforçará as concepções de saúde que há tanto tempo desejamos romper.

As escolas técnicas que estão sob a gerência da iniciativa privada propõem um processo educacional fortemente centrado na prática para atuação hospitalar. São futuros trabalhadores despreparados para ingressarem no sistema público de saúde do país, que desconhecem a Saúde Coletiva e não estão inseridos nas proposições políticas do momento.

Nesse sentido, a possibilidade da Escola Possível na formação técnica em saúde passa pela constituição de um espaço de formação da criação de questionamentos, de crítica, de produção intelectual e de trabalho em saúde. Este espaço de formação de nível médio, além de atender aos determinantes legais de defesa e implementação do Sistema Único de Saúde - SUS, permitiria ultrapassar a visão reificante do trabalho em saúde – ocupação, emprego, função, tarefa – passando a ser visto de forma integrada e inserido num mundo de liberdade, das relações político-estético-social comprometidas com o fazer educação e saúde.

Trazendo para esta reflexão um autor que tem revolucionado conceitos e práticas no campo da saúde, podemos citar Campos (2000), quando da sua proposição dos coletivos organizados a partir do método da roda, onde a gestão das instituições de saúde está proposta a partir de colegiados participativos, que sugerem

estratégias de ação de forma coletiva. Nesta perspectiva de gestão do trabalho em saúde, a equipe de saúde teria a responsabilidade na manutenção das condições de vida da população, onde cada trabalhador, independente da sua formação, atuaria na roda institucional de participação coletiva, contribuindo nas decisões. Seria o processo de gestão do trabalho compartilhado entre as diversas categorias profissionais, porém, na grande maioria das equipes, o trabalhador de nível médio não está incluído nas rodas coletivas de participação da gestão do trabalho. Ao trabalhador de nível médio está destinada a execução técnica - o trabalho manual.

Uma equipe de saúde capaz de configurar o processo de trabalho com autonomia e compromisso com o SUS, afirmando a participação do conjunto de trabalhadores do setor com controle social efetivo, permite a multiplicidade das subjetividades em constante integração, o que modificaria o cenário atual dos serviços de saúde, como também, interferiria nas relações hierárquicas de trabalho que hoje se estabelecem nas instituições de saúde e que são péssimas quando se pensa sob a perspectiva da equipe de saúde e quando se trabalha na perspectiva da integralidade da atenção em saúde.

Portanto, elevar a condição da formação técnica em saúde para o status de formação de trabalhadores que produzem saúde a partir da competência curativa (curativa no sentido de ser possível a cura/reabilitação/vida), traz a possibilidade de efetivamente concebermos um sistema de saúde eficaz e com qualidade. Sem utilizar o *slogan*, já vencido, de “gente que cuida de gente”, mas para muito além disto, significa reconfigurar a prática do ensino técnico na intenção de afirmar a vida em todas as suas potências, onde a competência curativa se distenda até a escuta do andar da vida do outro e, então, chegue a montagem de projetos terapêuticos.

Na área da saúde, os referenciais curriculares nacionais da Educação Profissional apontam para estas transformações e definem os caminhos da educação profissional, que têm seus propósitos centrados a partir das competências e habilidades profissionais, determinando que as ações, saberes e práticas são adquiridas não somente pelo viés da educação formal (espaços escolares), mas pela produção de conhecimentos adquiridos na vida e no trabalho. São as competências constituídas pelas marcas corporificadas por uma trajetória impar/singular que é de cada um de nós - a Escola Possível. Isso sugere pensarmos em Suely Ronilk (1989) que faz considerações interessantes a respeito das marcas constituídas nas nossas subjetividades ao longo da vida. As marcas nos pertencem, fazem parte das entranhas do corpo, estão corporificadas. Elas nos acompanham e influenciam os vários processos da nossa vida, é impossível fazer com elas desapareçam, elas podem até adormecer, mas desaparecer jamais.

Através dos referenciais curriculares da educação profissionais, que permitem criatividade e flexibilidade na construção de propostas educativas na área da educação profissional, para que não seja excludente e que estimule a qualificação democratizando oportunidades, estamos diante dum tempo de possibilidades, num tempo de investimentos nesta parcela educacional que forma trabalhadores para atuarem em diversos segmentos do setor saúde atendendo à demanda do SUS.

Atualmente, o ensino técnico concentra-se na área da enfermagem, como já foi referido anteriormente, contudo há no sistema de saúde extrema carência na formação de outras categorias profissionais importantes para o setor, como por exemplo: Técnicos em Saúde Bucal e Técnicos de Vigilância em Saúde. Assim, precisamos não apenas desencadear novos modos educativos que garantam um perfil de trabalhador comprometido com a realidade e produtores de um fazer saúde que promova a autonomia individual e coletiva, mas do incentivo na formação de outras categorias profissionais que são fundamentais para o setor. Desta forma, a Formação Profissional em Saúde seria um campo de produção de saberes e instituidora de práticas, mas também romperia com a cultura hegemônica da formação técnica em saúde, introduzindo novas tendências e outras profissões.

Dentre tantas necessidades, há também outro desafio a ser alcançado, é preciso investir nos processos educativos do setor público, rompendo com a hegemonia educacional privada da Educação Profissional, pois é evidente, e de reconhecimento histórico, que esta formação não atende as necessidades na área da saúde, principalmente na rede básica de saúde, onde o desenvolvimento do trabalho requer muito mais do que aparatos tecnológicos, onde se vê saúde desde um ponto de vista biologista, centrado na doença de prática medicalizante e na atenção individual, mas o reconhecimento da integralidade de um fazer saúde a partir das políticas públicas que garantam a saúde coletiva e de manutenção da vida.

Muito além de propor uma ampla discussão acerca desta temática nos segmentos envolvidos com a formação técnica em saúde, é necessário destacar a importância dos investimentos que têm sido feitos, através das políticas públicas que articulam educação e saúde, para a criação de espaços destinados ao ensino técnico. Espaços de tempo, de atenção, de compromisso, de sensibilidade para que possamos reinventar, transversalizar, transcender o trabalho e a prática dos trabalhadores do ensino técnico a partir de uma perspectiva que contemple, ampare e garanta uma assistência de qualidade constituída de dimensões técnicas, biológicas e subjetivas, sendo configurada sob uma perspectiva absolutamente inovadora. Não se trata apenas de criar outras escolas de educação profissional, nem de dar conta da incapacidade do sistema formal de educação na área da saúde, mas, fundamentalmente, de construir um *espaço de criação,* questionamentos, críticas, produção intelectual e de trabalho em saúde.

O cenário brasileiro atualmente conta com 26 escolas técnicas públicas em saúde, distribuídas em 14 estados. A região Sudeste concentra o maior número destas escolas, sendo que, na sua maioria, são centros descentralizados. A região Nordeste absorve 6 escolas técnicas em saúde e outras 4 estão localizadas na região Centro-oeste. Na região Sul, duas escolas estão localizadas em Santa Catarina e outra no Paraná. O Rio Grande do Sul, apesar de destacar-se como proponente de muitas das propostas político-pedagógicas da área de Educação Profissional, através das representações dos Conselhos de Educação e dos Conselhos Profissionais, não possui um espaço público específico para formação profissional em saúde.

A Secretaria de Estado da Educação é gestora de seis escolas de formação profissional em saúde, sendo que quatro destas escolas estão localizadas fora

do município de Porto Alegre. O foco de atenção destas escolas, que proporcionam também a formação de nível médio, não está em sintonia com a proposição política de formação da área da saúde, que é determinada pelo setor saúde, pois para este fim seria necessário oferecer uma formação profissional compatível e integrada com a realidade e as necessidades dos trabalhadores e dos usuários do SUS, como também estar comprometida com a qualidade da atenção em saúde e a humanização dos serviços prestados à população. Para isso ocorrer, seria necessária uma interlocução permanente do setor educacional com as instâncias de participação coletiva, com os fóruns de discussão e de proposição, que articulam e definem as políticas técnico-assitenciais e os investimentos na área da saúde.

A ESP/RS, elevando sua condição de referência estadual na formação em saúde, tem investido fortemente no sentido de garantir um lugar para a Educação Profissional que forme pessoas comprometidas com a vida e com o SUS, capazes de atuar de forma crítica e participativa como membros da equipe de saúde.

> O curso de educação profissional em saúde ganhou o pioneirismo na educação pública no Rio Grande do Sul. Atendendo a mais recente legislação educacional (Decretonº 2.208/97, Parecer CNE/CEB 16/99 e Resolução CNE/CEB 04/99), a ESP/RS passou a oferecer, em 2001, um curso de complementação para auxiliares de enfermagem. Cursando a carga horária complementar nos núcleos temáticos indicados, os alunos podem obter a habilitação de técnicos de enfermagem.
>
> Nos anos 80, o Projeto Larga Escala mobilizou a saúde pública porque veio profissionalizar a assistência de enfermagem, responsável por 50% do cuidado prestado à saúde pelo pessoal de nível elementar e médio. O Projeto Larga Escala foi desenvolvido como um projeto de formação de pessoal de nível elementar e médio por meio de um acordo entre os Ministérios da Saúde, da Educação e Cultura e da Previdência a Assistência Social com a organização Pan-Americana da Saúde (Vieira; Scucato, 1988, p. 40-42). Esse projeto não foi pensado exclusivamente para a formação do pessoal de enfermagem, pois a força de trabalho do nível médio e elementar ocupava 70% do contingente de trabalhadores da saúde.
>
> Agora, o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) se faz, no Brasil, como um novo investimento pela qualidade da assistência de enfermagem e do cuidado à saúde realizado no Sistema Único de Saúde, novamente envolvendo o conjunto da saúde pública. A adesão da ESP/RS ao PROFAE, para além da qualificação em enfermagem, tem-se feito no âmbito da defesa de uma atenção integral à saúde da qual faz parte a ampliação da escolarização básica da totalidade dos trabalhadores no setor saúde, a diversificação dos cursos nas escolas técnicas de saúde, a criação e o desenvolvimento de programas de educação permanente para o SUS voltados aos profissionais de baixa escolaridade (âmbitos do ensino fundamental e do ensino médio) e o desenvolvimento de pesquisa científica e inovação tecnológica, tendo em vista a sofisticação e o aprimoramento do trabalho do pessoal técnico e docente da educação profissional. (CECCIM; ARMANI, 2001, p. 49-50)

Esses investimentos passam não apenas pela capacitação continuada do conjunto de professores e alunos que estão nos cursos de formação técnica da

ESP/RS, mas principalmente na garantia de um lugar onde esta formação aconteça de forma constante e efetiva, um lugar de educação permanente e de incentivo à pesquisa, o que possibilitará o rompimento da dicotomia existente entre a formação técnica e a formação superior. É urgente a necessidade de se poder trabalhar com a lógica da formação politécnica em saúde, promovendo cursos de formação técnica que sejam fundamentais para a garantia da qualidade da atenção em saúde. Precisamos romper com a formação fragmentada no ensino técnico, inclusive possibilitando aos alunos a escolha das trajetórias durante o processo de formação, promovendo cursos com troncos comuns e terminalidades diversas.

A partir dessas proposições e na tentativa de constituir uma Escola de Educação Profissional em Saúde - EEPS, a ESP/RS tem feito vários movimentos na busca de parcerias institucionais definindo estratégias para a efetiva implementação dessa proposta. A ESP/RS vem atuando junto ao Ministério da Saúde, na intenção de consolidar no estado o Profae[7] e seus diversos componentes. Essas ações possibilitaram a inserção do estado na rede de escola técnica do SUS, além de garantir a formação gratuita de diversos trabalhadores da área da enfermagem que estão nos serviços de saúde, desenvolvendo ações de enfermagem, muitas vezes sem a devida qualificação.

Com esta proposta, a ESP/RS pretende, reinventar, transversalizar, transcender o trabalho e a prática atualmente instituída no âmbito da educação técnica em saúde, para que ensino, serviço e trabalho possam estar constantemente e cotidianamente integrados, elevando a excelência da formação profissional na efetivação do sistema de saúde.

Los desdoblamientos posibles de la Escuela Posible y los encuentros con la Formación Técnica en Salud

Resumen*: El artículo busca presentar los procesos educacionales a partir de las relaciones con la "Escuela Posible" y sus conexiones con el campo de la salud, con destaque especial a la Educación Profesional en Salud. Busca enfatizar las concepciones que los trabajadores de la salud y de la educación tienen en el desarrollo de sus prácticas cotidianas en el trabajo y las dificultades para romper con las ataduras que modelan y reproducen esas prácticas. El texto aborda con especial destaque la formación técnica en salud y los procesos de agenciamiento capitalístico que pertenecen a ese área de formación donde la autonomía para la transformación es velada, restricta y serializada.*

Palabras Clave*: Educación em salud; Recursos humanos en salud; Educación profesional.*

The possible foldings of the Possible School and the meetings with the Technical Formation in Health

Abstract*: The article tries to present the educational processes from the relations with the "Possible School" and its connections with the field of health, especially in what concerns the Professional Education in Health. It tries to emphasize the conceptions that the workers in health and education have in the development of their daily procedures at work and the difficulties to break the ropes that model and reproduce those procedures. The text approaches, with a especial focus, the technical formation in health and the processes of capitalistic agencying that belongs to this area of formation, where the autonomy to transformation is veiled, restrict and in series.*

Key words*: Health education; Human resources in health; Professional education.*

Referências

ARROYO. Miguel G. **Ofício de mestre***:* imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Lei n. 8.080, 19 de set. 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **O SUS é legal**: legislação federal e estadual. Porto Alegre. SES/RS, 2001

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 2.208**, 17 de abr. 1997. Regulamenta o §2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394, 20 dez. 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em:<http//www.mec.gov.br/semtec/proep/ftp/ legisla/Decreto2.208.doc.>, Acesso em: 4 abr. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB n. 16/99**. Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico. Brasília. Disponível em: <http//www.mec.gov.br/semtec/educprof/ftpceb016.doc.>, Acesso em: 4 abr. 2003.

BRASIL. Lei n. 9.394, 20 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/semtec/proep/ftp/lei.zip.>, Acesso em: 04 abr. 2003.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza. Subjetividade e administração de pessoal: considerações sobre modos de gerenciar trabalho em equipes de saúde. In: MERHY, E. E. ; ONOCKO, R. (Orgs). **Agir em saúde**: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 229-266.

_____. **A saúde pública e a defesa da vida**. São Paulo: Hucitec, 1991

_____. Um método para análise e co-gestão de coletivos: a constituição do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições. **O método da roda**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CECCIM, Ricardo Burg; ARMANI, Teresa Borgert. Educação na saúde coletiva*: papel estratégico na gestão do SUS*. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n.23, p.30-56, nov. 2001.

DELEUZE, Gilles. **Conversações** (1972-1990*)*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir** : nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GHIGGI, Gomercindo. **A pedagogia da autoridade a serviço da liberdade**: diálogos com Paulo Freire e professores em formação. Pelotas: Seivas, 2002.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica:** cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Revolução molecular pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PELBART, Peter Pál. **A vertigem por um fio***:* políticas da subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

_____. Peter Pál. **O tempo não reconciliado**. São Paulo: Perspectivas, 1998.

RONILK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.